

SESSÕES DO PLENÁRIO

12ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 07 de março de 2013.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo Damasceno, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Graça Pimenta, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandyr Oliveira, Leur Lomanto Jr., Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Jr., Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sgt. Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Uziel Bueno e Zé Neto . (52)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão ordinária.

Vejam bem, realmente, a sessão ordinária, às quinta-feiras, começa às 9h45min. Mas, como já há número e como não dá prejuízo a ninguém, só para começar o Pequeno Expediente, é melhor começar a sessão logo. E se alguém pedir verificação de quórum durante esses cinco minutos, não dou. É apenas para ganhar mais um orador no Pequeno Expediente. Isso não causa prejuízo a ninguém. Mas o horário oficial de se começar a sessão ordinária, no período matutino, é às 9h30min., com 15 minutos de tolerância.

Só para o deputado Uziel, deputado novo, o horário de se começar a sessão ordinária é 9h30min com a tolerância de 15 minutos. Então, para ganhar tempo, com mais um orador na tribuna, que sei que os deputados gostam de falar, eu já abri a

sessão para iniciarmos os trabalhos cedo.

(O Sr. Presidente procede à leitura do Expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Maria Luíza, comunicando sua ausência das sessões nos dias 27 e 28/02/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Joseildo Ramos, comunicando sua ausência da sessão no dia 21/02/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

Srs. Deputados, apenas como informação, foi aprovado na Mesa e delegado ao deputados Paulo Azi e Yulo Oiticica que peçam aos líderes partidários da Maioria e da Minoria 30 projetos de lei de autoria de deputados, proporcionalmente, às bancadas. Vamos dar um prazo nas comissões para que sejam votados.

A deputada Luiza Maia é uma das deputadas atuantes e cobra, constantemente, a aprovação de projetos de autoria de deputados. Diga-se de passagem, isso é positivo. Foi aprovado na Mesa. Delegamos dois deputados: Paulo Azi, 1º Secretário e o 1º vice-Presidente, Yulo Oiticica (um da Bancada do Governo e outro da Bancada de Oposição) para pedir aos líderes partidários, proporcionalmente, às bancadas, 30 projetos.

Com esses 30 projetos, nós vamos chamar os presidentes de comissões. Daremos um prazo de 30 dias. E o deputado que não comparecer, durante este período, à comissão, terá o ponto cortado. Porque, nesses 30 dias, os projetos têm de ser votados sem compromisso de aprovação, repito, sem compromisso de aprovação! O deputado vota de acordo com sua consciência.

Por exemplo: se o deputado Carlos Geilson apresentar um projeto de lei, não tenho nenhum compromisso em aprovar o projeto de V.Ex^a. Eu tenho o compromisso de colocar para votar. Aí, o deputado vota politicamente. Foi esta a decisão que tomamos.

Vou repetir. Quando chegarem os 30 projetos de lei às mãos da Presidência da Casa, a Mesa Diretora convocará os presidentes de comissões dos respectivos projetos, principalmente o presidente da Comissão de Justiça; dará um prazo de 30 dias, por exemplo, para a apreciação e aprovação dos referidos projetos.

Se o presidente informar que, naquele período, não votou porque o deputado esteve ausente, a Mesa Diretora cortará o ponto do deputado. Digo isso, porque nós precisamos votar projetos de lei de autoria dos deputados. Isto é uma prioridade da Mesa Diretora.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

A Sr^a Luiza Maia:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Paulo Rangel para uma questão de ordem. Só gostaria que, se possível, fosse breve. Posteriormente, V.Ex^a, deputada Luiza Maia.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, eu até entendo V.Ex^a. Só acho que estamos vivendo, nesta Casa, um processo de autoflagelação. Temos de ter, até, cuidado. Mas, temos de ser razoáveis. V.Ex^a tem toda razão quando corta o ponto de um deputado que não comparece à sessão em dia de votação. Agora, reconheço não ser razoável V.Ex^a cortar o ponto de um deputado que não compareceu à comissão e à tarde está aqui votando. Acho que não é algo muito justo.

Assim como também acho que nós temos de trabalhar algumas justificativas. Por exemplo: quinta-feira! Na quinta-feira passada, eu estava participando de uma discussão sobre a seca com o secretário Rui Costa e com toda a equipe do governo. E levo falta. Na próxima quinta-feira, será o lançamento da Faculdade de Medicina de Paulo Afonso. Levarei falta, também.

Então, eu acho que nós temos de trabalhar alguns mecanismos aqui para que os deputados, principalmente os deputados do interior, não se desgastem tanto com a opinião pública. Temos de ser cuidadosos. Temos de trabalhar mais a conscientização dos deputados do que trabalhar, agora, num clima de ameaça.

Entendo que isso é uma coisa que não fica bem. Acho que terminamos passando a imagem de os deputados que aqui estão não querem trabalhar. Acho que não é justo. Se o deputado veio à tarde, compareceu, assim como, por exemplo, se alguém derrubasse a sessão agora, deputado Carlos Geilson, o deputado que vai chegar daqui a 15 minutos será um deputado faltoso.

Então acho que a Mesa deveria sentar, regulamentar tudo isso dentro de uma certa razoabilidade.

Era isso, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Rangel, as ponderações de V.Ex^a são válidas, mas a Mesa Diretora tomou essa posição. Eu sou apenas presidente, a Mesa tomou essa posição. V.Ex^a vá à Mesa Diretora na próxima semana, faça suas ponderações lá...

O Sr. Paulo Rangel:- No próximo ano, se eu voltar a esta Casa, presidente, irei para a Mesa Diretora.(Risos)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, V.Ex^a vá para a Mesa Diretora como deputado. Deputado Paulo Rangel, eu me expliquei mal. Vá como convidado, chegue lá na Mesa Diretora e faça suas ponderações, porque foi uma decisão por unanimidade da Mesa. Na realidade, há o seguinte, V.Ex^a tem suas razões, eu não estou discutindo o mérito não, mas a Mesa Diretora tomou essa posição política e V.Ex^a, inclusive...

O Sr. Paulo Rangel:- Deputado, eu concordo. Então quem faltar a Comissão não vem mais à tarde. Não precisa nem vir à tarde, já levou falta não vem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, eu não estou dizendo que V.Ex^a está certo, ou está errado. V.Ex^a sabe que eu sou apenas presidente, eu não sou

chefe dos deputados. Então V.Exª vá, na próxima quarta-feira, à reunião da Mesa e faça lá suas ponderações. A Mesa Diretora ouvirá V.Exª e tomará a decisão. A decisão da Mesa foi que haverá 30 dias para se votar os projetos. Se o presidente da Comissão disser: Olha, não votou porque os deputados estiveram ausentes, a Mesa Diretora vai cortar o ponto. Essa foi a decisão da Mesa que tem poderes para isso. Agora, não estou entrando no mérito das considerações de V.Exª. V.Exª tem suas razões, são ponderações muito consistentes. Agora, vá para a reunião da Mesa, faça lá suas ponderações e se a Mesa aceitar suas ponderações... E quero dizer mais, se empatar, pode ter certeza que eu sigo V.Exª.

Questão de ordem da deputada Luiza Maia.

A Srª Luiza Maia:- Presidente, eu queria que o senhor esclarecesse porque são 30 projetos, nós somos 63 deputados. Há a tramitação normal para qualquer projeto que qualquer deputado dê entrada nesta Casa. Só eu tenho 20 projetos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputada, por favor.

A Srª Luiza Maia:- Não, eu queria entender qual é o critério. Minha Bancada são 14... Espere aí...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Fale, deputada, por favor.

A Srª Luiza Maia:- Ele não quer me deixar falar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Rangel, vamos ouvir a mulher, a deputada Luiza Maia.

A Srª Luiza Maia:- Eu queria que o senhor explicasse qual é o critério, porque se são 30 projetos quem é que vai escolhê-los? Isso não está claro, Presidente. E, além disso, há a tramitação normal. Por que que não trabalhamos, não abrimos a discussão do porquê desses projetos dos deputados não tramitem normalmente. Minha Comissão nunca deu um parecer a nenhum projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputada Luiza Maia, eu estou presidindo esta Casa há 7 anos, estou aqui há 23 anos e quero dizer que se for normalmente não vamos votar projeto nunca. Então nós tomamos uma posição política de votarmos 30. Se votarmos 30...

A Srª Luiza Maia:- E os 30 vão ser de quem?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Bom, deputada, V.Exª não quer votar projeto de deputado, permita-me aí. Porque eu estou, pela primeira vez, dizendo que vamos votar 30 projetos, que é um fato inédito na história da política baiana, V.Exª já quer que tramite normal. Se for no normal, deputada...

A Srª Luiza Maia:- O senhor não entendeu não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Então não entendi. Explique-me, querida.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

A Srª Luiza Maia:- Eu perguntei ao senhor qual seria o critério, porque se somos 63 deputados por que 30? Quem vai escolher os projetos?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputada, se colocarmos 60 não vota. Eu quero votar 30, permita-me. O grande problema aqui de não se votar projeto de deputado é que toda vez que criamos um critério para começar chega um deputado e

diz: Não, por que não corre normal? Eu estou aqui há 7 anos presidindo esta Casa e normal não vota. O projeto de V.Ex^a, que foi muito bom, foi votado porque V.Ex^a criou um fato político, saiu no *Fantástico*, em rede nacional e os deputados votaram. O deputado vota projeto fruto do clamor popular. Se deixarmos votar normalmente, o deputado Paulo Rangel foi presidente da Comissão de Constituição e Justiça, vou passar mais 7 anos aqui na presidência e não se vota nenhum projeto. A Mesa Diretora, num fato inédito, tomou a posição correta de votar 30 projetos. Votando 30, depois passaremos para 50.

A Sr^a Luiza Maia:- Eu quero que vote os meus 20.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Aí não é problema meu, é problema do Líder, deputado Zé Neto. Deputada Luiza Maia, eu parabeno V.Ex^a...

A Sr^a Luiza Maia:- V.Ex^a não me respondeu.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu lhe respondi. O critério foi votarmos 30 projetos, é razoável se votarmos em 30 dias. Se votarmos 30 por mês, deputada, serão 360 ao ano. Não posso colocar 100 projetos de vez.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, Mário Negromonte Júnior. Antes de passar a palavra a V.Ex^a, quero dizer que a deputada Luiza Maia é uma deputada atuante que cobra muito que se vote projeto de deputado. Deputada, compreenda o seguinte, se deixarmos tramitar normal, não vamos votar nunca aqui. Então, se votarmos 30 em 30 dias, estamos satisfeitos. Votando 30 no mês, V.Ex^a não está satisfeita, não?

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Sr. Presidente, quero agradecer a questão de ordem concedida e gostaria de parabenizar a Mesa por essa iniciativa. Obviamente, entendo o que a deputada Luiza Maia está questionando sobre como vai ser a condução disso, a divisão, me parece que foi isso, como vão ser feitas as escolhas dos projetos.

Quero fazer, Sr. Presidente, um questionamento e o fiz ontem a V.Ex^a sobre a questão de como ficariam as presenças e as faltas nas comissões. A sistemática que foi instalada nas comissões é a seguinte: se hoje um deputado dá presença, a maioria dos deputados aqui faz parte de mais de três comissões, ele precisa preencher os espaços partidários e das coligações. Se hoje faço parte, na terça-feira, da Comissão de Saúde, da Comissão de Constituição e Justiça e da Agricultura e dou presença na Saúde, pode coincidir de eu ter que atuar na CCJ e consequentemente vou tomar falta lá na Saúde. Porque a última comissão que demos presença, tira a presença da primeira, então eu saio da tela mas não posso votar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Mário Negromonte Júnior, V.Ex^a tem toda razão. Hoje, pela manhã, tive uma reunião com o chefe das secretarias das comissões, o diretor-geral da Assembleia, Dr. Peri e Dr. Marcos Presídio e mandei suspender o painel até que fosse consertado tecnicamente. O que V.Ex^a está falando é correto, já mandamos suspender hoje o painel até se equacionar tecnicamente esse problema. Foi um problema técnico e V.Ex^a tem toda razão. Vamos voltar para a assinatura até equacionar o problema do painel.

Defiro a questão de ordem de V.Ex^a.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Para concluir, Sr. Presidente, seguindo a questão de ordem sobre o que V.Ex^a colocou aqui em relação aos 30 projetos serem votados em 30 dias, não vejo problema nenhum na CCJ. A CCJ tem andado muito bem, estou aqui ao lado, eu e o deputado Carlos Geilson somos recordistas em cumprimento de prazos na CCJ. E como nós dois temos uma equipe muito boa na CCJ, tenho certeza que a CCJ ficou muito feliz com esse posicionamento da Mesa, tenho certeza que os deputados aqui ficarão também, vamos aqui aprovar os nossos projetos que seriam de grande contribuição para a sociedade.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Último orador sobre esse assunto, Líder do governo, deputado Zé Neto, autor do projeto do 14º e 15º, não posso negar uma questão de ordem a V.Ex^a.

O Sr. Zé Neto:- Na verdade todos são autores nesta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- É verdade.

O Sr. Zé Neto:- Este é um exemplo muito distinto de sabedoria da Casa. E, em especial, há de se citar o deputado Uziel, grande companheiro, pois fez com que o sistema bruto não chegasse a esta Casa. Ao contrário, o sistema aqui não foi bruto. O sistema foi consciente. (Risos) Uziel e Luiza tiveram um papel importante, porque comentaram o debate. E esta Casa vive de debates. Não vamos deixar de valorizar o papel de ambos neste processo. Então, parabéns a toda a Casa.

Deputado Marcelo, só para pontuar: a Bancada do Governo dará todo o apoio a esta medida. Tenhamos o cuidado de esclarecer, sempre, às pessoas da sociedade, especialmente alguns deputados que insistem um processo de afirmação sem ter o conteúdo que se precisa para este debate.

Uma das coisas fundamentais, deputado Marcelo, é: legalmente, não há condição de se tramitar nesta Casa projetos de lei que geram despesa para o estado. Deputados Marcelo e Luiza, não há condição legal de projetos de lei, que gerem despesa, tramitem na Casa. Só, aí, 90% dos projetos de lei, apresentados nesta Casa, estão comprometidos. Digo isso, porque, ontem à tarde, estive avaliando mais de 200 projetos de lei já apreciados tecnicamente. Já estou dizendo, de antemão, deputada Luiza, que nós teremos esta dificuldade.

No mais, quanto às questões políticas, nós a resolveremos em consenso e em acordo. A Bancada da Oposição sabe que o nosso maior esforço na Casa é para valorizar o Poder Legislativo, pois é desta forma que atuaremos.

Então, fica, aqui, o meu louvor a essa atitude.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Posso fazer o seguinte, deputado Zé Neto. Está, aqui, um membro da Mesa, deputado Rogério Andrade. Tomarei uma posição confiando nos companheiros da Mesa. Entreguem 62 projetos. Proporcionalmente, eles serão distribuídos às bancadas. Pronto.

Deputado Rogério, V.Ex^a me permite tomar a decisão na Mesa? Entreguem 62 projetos de lei. Deputado Zé Neto, V.Ex^a entrega, proporcionalmente, ao deputado Carlos Geilson que está em exercício...?

O Sr. Zé Neto:- Deputado Marcelo, eu não me comprometo com isso. Por quê?

Primeiro, tenho tido o cuidado e prefiro dar um não, a fim de não me desmoralizar. Pois eu poderia dar um sim e, depois, não poder cumprir com o acordado.

Gostaria de que V.Ex^a se ativesse ao seguinte: neste espaço de tempo, que nós tenhamos condição de avaliar se, primeiro, tecnicamente, o que há na Casa. Estou dizendo isso porque eu vi, deputado Marcelo, de perto. Eu fui presidente da Comissão de Justiça por quatro anos. Vi, de perto, a dificuldade que tínhamos. E uma coisa ruim para esta Casa é aprovar algo que tenha que ultrapassar a legalidade.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas será analisado por mim. Quando eu chego aqui, dou a minha opinião. Por exemplo, posso dizer: “Esse projeto é inconstitucional.” Mas eu coloco para votar e os deputados decidem.

O Sr. Zé Neto:- O problema, depois, é que o governador tem de vetar. Se for inconstitucional, o governador veta.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas, aí, o deputado apresentou o projeto e passou na Comissão de Justiça.

Tudo bem. Assunto encerrado.

Pequeno Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o nobre deputado Carlos Geilson.

Antes de passar a palavra a V.Ex^a, deputado Carlos Geilson, em nome da Assembleia Legislativa e da Mesa Diretora, gostaria de parabenizar o deputado Paulo Rangel por mais um ano de vida. Desejo-lhe muita paz e muita felicidade. Que Deus lhe ilumine e continue sendo essa pessoa maravilhosa. (Muitas palmas)

Solicito a presença do deputado Rogério Andrade a fim de presidir os trabalhos.

Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Sr^{as}. Deputadas, Srs. Deputados inicialmente, quero, também, fazer coro com os colegas para abraçar o deputado Paulo Rangel, pois é um dos parlamentares mais ativos desta Casa, uma voz respeitada. Parece, até, que tem mais idade, não é Paulo? São os cabelos brancos e a experiência somadas nas lutas e nas batalhas. Parabéns!

Ontem, eu não fiz o uso da palavra. Mas eu, hoje, quero responder aos pronunciamentos dos deputados Álvaro Gomes e, também, Marcelino Galo. Vejam, em parte, eu concordo e em outra parte, eu discordo totalmente.

Eles lamentaram a morte de Hugo Chávez, que também lamento. Disseram que Hugo Chávez enfrentou o imperialismo americano com muita coragem. É verdade. E é verdade que Hugo Chávez foi o líder, na América do Sul, que teve coragem de mostrar a suas posições. Mas também pecaram quando disseram que na era de Chávez a Venezuela experimentou uma democracia ímpar, a liberdade de expressão.

Ora, todos nós sabemos que, a despeito do lado positivo, que foi o enfrentamento do imperialismo americano, Chávez também tinha um lado negativo de cercear a liberdade de expressão, fechar veículos de comunicação. Então, quero dizer que lamento. Somo as minhas lamentações às dos deputados Álvaro Gomes, Luiza Maia e Marcelino Galo, mas não podemos esquecer que vários órgãos de

comunicação foram fechados nesse período em que o caudilho Chávez esteve à frente da Venezuela, que governou com mão de ferro.

Eles querem tapar o sol com a peneira. Realmente, é uma visão, desculpe-me, tacanha, retrógrada. Acho que a deputada Luiza Maia usa óculos de couro, porque é a única maneira que eu vejo de ela não entender que os outros pensam de forma diferente e devem ser respeitados por pensar dessa forma.

A Sr^a Luiza Maia:- Eu tenho direito de discordar.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Não estou dizendo que V.Ex^a não tem esse direito. Estou dizendo que V.Ex^a tem que aprender a respeitar o direito dos que pensam diferente de V.Ex^a.

Mas quero que V.Ex^a responda o que está na capa do jornal A Tarde hoje: “*A Bahia está em 4º lugar no ranking de homicídios*”. É esta estatística que eu quero que V.Ex^a comente, rebata. Manifeste-se, levante-se contra essa situação.

A Bahia ocupa o 4º lugar no *ranking* de Estados com maior taxa de homicídios por 100 mil habitantes e tem quatro das dez cidades com taxa de assassinatos mais elevadas no País. Os dados são do mapa da violência, produzido pelo Instituto Sangari e o Ministério da Justiça, levando em consideração estatísticas de 2010.

De acordo com as pesquisas, meu caro deputado Uziel Bueno, a taxa de homicídio no Estado é de 34,4 por 100 mil habitantes. No estudo anterior, a Bahia estava em 7º lugar, e está avançando para o 4º lugar de forma negativa.

Simões Filho é o município colocado em 1º lugar no *ranking* em cidades com mais de 20 mil habitantes. Lá, a taxa, pasmem Sr^{as} e Srs Deputados, é de 141,5 mortos por 100 mil habitantes; Lauro de Freitas, governada há pouco pelo PT, vem em 3º lugar; Porto Seguro, em 6º lugar, e Eunápolis, em 8º lugar.

A Secretaria da Segurança Pública precisa comentar esses dados. O deputado Álvaro Gomes está aqui macambúzio, taciturno, acabrunhado, cabisbaixo. Nós estamos sentido a morte de Hugo Chaves também, mas não podemos deixar de reconhecer que no seu governo também houve uma forma muito dura, discricionária, de perseguição a veículos de comunicação. Ora, não reconhecer isso é tapar o sol com a peneira.

Mas, concordo que foi um líder positivo, na medida que enfrentou o imperialismo americano. Nesse lado, pensamos juntos. Na forma como V.Ex^a diz que a democracia avançou na Venezuela, oponho-me ao pensamento de V.Ex^a, mas respeito a sua maneira de pensar. Acho que é assim que se faz a democracia, o respeito às ideias e à pluralidade do pensamento.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Paulo Rangel pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, já fiz um discurso em relação à energia eólica, mas estou muito preocupado. Acredito que temos de repensar - não é discurso para o Estado - o Ministério da Integração Nacional. Esse ministério que trabalha desigual de forma igual. Parece mais um

ministério de combate aos desastres do que um verdadeiro ministério que trate realmente de buscar equiparar a qualidade de vida das pessoas nas regiões. Digo isso porque sei como está, hoje, a região do São Francisco: existem pessoas passando sede a 1 e a 2 km do rio. Fala-se em tirar água do São Francisco - temos de pensar bem - e transportá-la sem nenhum demérito para a região de Senhor do Bonfim.

Sempre coloquei aqui que o Rio São Francisco tem uma vazão de 2.800 metros cúbicos de água por segundo - vazão média-, mas considerando um rio virgem, ou seja, a água não é tirada para outras finalidades. Hoje, só temos 10% daquilo que é regularizado em Sobradinho, que são 1.022 metros cúbicos. E só temos 10% para outras finalidades. Quase 20%. Ele já está cortado para a transposição das águas. Aliás, a obra terá que ser recomeçada, deputado Bira Corôa. Dá pena um sertanejo como eu, ao chegar lá, encontrar tudo caído. E não foi por falta de orientação, inclusive de técnicos da CHESF. Não se toca uma obra de engenharia daquela forma. Sem nenhum demérito para o Exército brasileiro, aquela obra não poderia ser tocada por ele. Exército tem que trabalhar com ações emergenciais.

Fico olhando o seguinte: se 50% do dinheiro da transposição do Rio São Francisco tivesse sido trabalhado no sentido de abastecer as cidades, a população da calha do São Francisco ou da região, o nosso problema estaria resolvido e não estaríamos vivendo esta situação. No entanto, novamente, vejo se discutirem ações emergenciais, mas ninguém se debruça sobre essa problemática apontando uma solução de futuro, tendo uma visão estratégica em relação ao problema. Tenho receio, porque se vai tirando e só tem 10%. No dia em que houver vontade política de resolver a situação daquela região, não terá mais água.

O governo da Bahia tem de ter uma preocupação especial em relação a isso. O Ministério da Integração tem que pensar o Nordeste e o Norte de forma diferenciada - e não tem pensado. Não podemos ser, simplesmente, indutores do progresso do Sul e Sudoeste do País. Não posso conceber que o cidadão do Piauí, o qual tem o Rio Parnaíba, pague a mesma tarifa de energia do cidadão que vive no Rio de Janeiro. E que inclusive essa energia do Piauí, hoje, seja transportada para o Sul e Sudoeste.

Portanto, é necessário existir um olhar muito especial, porque não podemos - a situação é difícil - daqui a 20 ou 10 anos viver novamente essa problemática. Isso nos preocupa. Muita coisa poderia ter sido feita, principalmente se o legislador federal se debruçasse sobre o problema.

Sr. Presidente, Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concedo a palavra ao deputado Uziel Bueno pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. UZIEL BUENO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos que nos acompanham pela TV Assembleia, bom dia.

Ontem também fiquei muito comovido com o deputado Álvaro Gomes pedindo um minuto de silêncio para o presidente Hugo Chávez. Realmente, fiquei muito comovido, vim todo de preto, mas acho que precisamos pedir um minuto de silêncio, todos os dias, principalmente em Salvador e Região Metropolitana, porque

apenas neste ano, deputado Carlos Geilson, apenas neste ano, em Salvador e Região Metropolitana, 400 pessoas mortas, dados oficiais da Secretaria de Segurança Pública. Não deveríamos fazer apenas um minuto de silêncio ao dia, deveríamos fazer dois ou três minutos de silêncio por dia, nesta Casa.

Diante desse caos, deputado Carlos Geilson colocou muito bem nesta tribuna, saíram dados colocando Lauro de Freitas em terceiro lugar entre as cidades mais violentas do Brasil; Salvador, que já foi apontada no ano passado como uma das mais violentas do mundo, e a Bahia, que terminou o ano passado sendo o Estado com maior número de mortes violentas do Brasil, este ano está em quarto lugar nessa pesquisa que está na capa do Jornal A Tarde.

Espanta-me como a Secretaria de Segurança Pública toma as providências para acabar com a violência. Mais uma vez, no Diário Oficial vemos a dança das cadeiras dos delegados, ou seja, mudança de endereço dos delegados, de comandantes de companhias independentes e de batalhões da Polícia Militar em todo o Estado, como se, com uma varinha mágica, a Secretaria de Segurança Pública, dizendo palavras mágicas, resolvesse tudo quanto à violência no nosso Estado, na nossa capital, nas principais cidades, como Feira de Santana, que está num caos em relação à violência.

Hoje, mais uma varinha de condão da Secretaria de Segurança Pública, deputado Carlos Geilson. O governo vai lançar hoje, às quatro horas da tarde, inclusive com a presença do governador Jaques Wagner, do secretário de Segurança Pública Maurício Teles Barbosa, lança o prêmio por desempenho policial, às quatro horas da tarde, com a participação de todos, prêmio por desempenho policial, no auditório do Ministério Público do Estado, no Centro Administrativo da Bahia. É mais uma varinha de condão.

Enquanto estamos falando de números expressivos, horríveis, em relação à violência, vou repetir para ficar bem claro, são 400 mortes por execução em Salvador e Região Metropolitana, o governo vem com esse prêmio por desempenho policial.

É uma cópia do Rio de Janeiro, de São Paulo e do nosso Estado vizinho, Sergipe. Lá está certo. Deputado Uziel Bueno, por que aqui não está certo? Simplesmente porque querem fazer desse prêmio por desempenho policial o salário do policial. Como assim? O salário do policial na Bahia é infinitamente pior do que o salário pago em Sergipe, por exemplo, que está ao nosso lado. E querem enganar, mais uma vez, dar uma falsa sensação de que algo está sendo feito contra a violência no Estado, lançando esse prêmio, hoje, que está fadado ao fracasso, pois daqui a três meses o policial perceberá que nada mudou na sua vida, que nada mudou na família dele, que nada tem mudado para que ele saia, muitas vezes, da situação de inquilino de traficante, principalmente nos bairros mais pobres da nossa capital baiana.

Quando o policial perceber que, simplesmente, é mais um engodo na vida dele, essa produtividade, infelizmente, continuará sendo a mesma. Sabe por que? Mais um dado, nossa Secretaria de Segurança Pública – só para concluir, Sr. Presidente, só neste ano em Salvador e Região Metropolitana já foram mais de 1.200 carros roubados e furtados. Neste barco da segurança pública, todos nós estamos. Ricos e pobres, negros e brancos, deputado, garis ou comerciantes, todos estamos no mesmo

barco.

Esse engodo nós não podemos admitir! É mais um engodo no combate à violência. A segurança pública está sendo tratada como uma varinha de condão que, com alguns elementos e muito marketing, eles podem tentar resolver. Infelizmente, nós é que vamos sofrer todos os dias. Todos nós, inclusive, nós deputados que já estamos sofrendo com isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre deputado Mário Negromonte Júnior pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. MÁRIO NEGROMONTE JÚNIOR:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados, cidadãos que nos acompanham através da *TV Assembleia*, imprensa, assumo a tribuna no dia de hoje para comemorar antecipadamente a derrubada do veto da presidenta sobre a questão dos *royalties*. Acompanhei, até depois da meia noite de ontem, a votação. Foi uma votação acalorada em que os deputados do Rio de Janeiro e de Santa Catarina fizeram de tudo para obstruir a votação do Congresso, conduzida pelo presidente do Congresso senador Renan Calheiros, mas isso não foi suficiente, diante do apelo e do clamor do povo brasileiro externado através de seus representantes de todos os Estados do nosso Brasil. Fiquei muito contente com a defesa de alguns dos nossos representantes da Bahia em relação a garantir aos estados e municípios, principalmente, essa divisão do bolo.

É bem verdade que a divisão poderia até ter sido um pouco maior, se o governo federal também tivesse retirado um pouco do seu quinhão para dar àqueles que têm sofrido muito com o problema da seca, com o problema da diminuição do FPM que acontece a cada ano, mas foi um grande avanço.

Ainda vai sair a votação que foi feita em cédula. São muitos deputados federais, certamente nem todos os 513 votaram, mas me parece que, hoje, até o final da tarde teremos o resultado. Estou sendo sinalizado que já temos o resultado e que ele foi positivo. Portanto, é motivo de comemoração para todos, principalmente para os municípios que, hoje, cada vez mais, necessitam de recursos, tendo em vista que a todo o momento estamos vendo programas federais tendo que aumentar e muito o poder do município de se capitalizar para poder fechar a conta pelo aumento do índice de pessoas, pelos programas de saúde e de educação.

Enfim, é um dia de comemorar, também em nome da Bahia, essa divisão. Eu não sei como vai ficar nessa divisão a situação de Camaçari e de São Francisco do Conde, mas certamente num todo, de forma geral acho que esse projeto contemplará o povo brasileiro e os municípios.

Quero ainda aproveitar esse minutos que me restam, Sr. Presidente, para fazer um apelo aos deputados presentes. Há mais de ano – já pode até completar o segundo ano – que aprovamos, aqui, a lei que privatizava os cartórios. Fizemos, porque caminhamos pelo Brasil inteiro. Eu fui um dos deputados que participou da comitiva que elaborou esse projeto, conversando, ouvindo todas as partes interessadas e votamos por unanimidade. Infelizmente, a privatização ainda não está atendendo à

sociedade da forma como ela espera.

Venho aqui dizer que como presidente da comissão extraordinária de acompanhamento da privatização dos cartórios, iniciamos nossos trabalhos no fim do ano passado, depois de uma eleição, não tivemos tempo suficiente para contribuir com o debate, mas retomamos as discussões agora e já entendemos que há necessidade de transformar essa comissão extraordinária em comissão especial, para que ela tenha mais capilaridade e nós, deputados, possamos dar nossa contribuição para que essa privatização possa realmente vir funcionar em nosso Estado.

Acreditamos que essa comissão deve se transformar em comissão especial. Faço um apelo a todos os nobres deputados que venham se engajar nessa luta e que assinem a lista que vamos passar em seus gabinetes e no Plenário para transformar essa comissão, e ela poder ter mais altivez, mais capilaridade e podermos convocar as partes interessadas e darmos uma resposta à sociedade..

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- É uma pena, nobre deputado, que o tempo de V.Ex^a tenha se exaurido.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, quero neste momento parabenizar o Pleno Tribunal Superior Eleitoral por sua decisão no último dia 5/12, por 5 a 2, que reiterou a posição monocrática do juiz Vanderlei Gomes, confirmando a diplomação do prefeito do município de Correntina, Laerte Caires, o Laertão, camarada do PCdoB. Laertão está consolidado como prefeito daquela cidade para continuar implementando uma política de justiça social que atenda os interesses da maioria da sua população. Parabéns, Laertão, tem todo o nosso apoio. Ele conseguiu disputar essas eleições tendo praticamente o empate com o candidato que perdeu as eleições, Ezequiel, mas este foi considerado inelegível pela Lei da Ficha Limpa, portanto está consolidada a vitória de Laertão, democraticamente, como prefeito de Correntina para fazer um grande governo.

Sr. Presidente, o tempo é curto, mas vou responder aqui rapidamente aos deputados Carlos Geilson e Uziel Bueno. Primeiro sobre a Venezuela. Reafirmo aqui que é uma pena que eu não possa ir para o enterro do camarada, comandante e revolucionário Hugo Chávez, porque temos aqui amanhã uma sessão especial sobre os 30 anos da Uneb, e eu não poderei me ausentar da Assembleia Legislativa. Mas a vontade é muito grande e meu coração está na Venezuela.

Quero perguntar a V.Ex^a, deputado Carlos Geilson, o que V.Ex^a entende por democracia, por liberdades democráticas. Porque na época da escravidão democracia e liberdade democrática era o direito de utilizar o escravo como mercadoria, assassinar, vender, escravizar brutalmente, considerar o negro como uma pessoa que não tinha sequer alma, para aqueles que eram religiosos. Isso era democracia, isso era as liberdades democráticas da classe dominante da época.

Portanto, pergunto o que V.Ex^a entende como democracia, porque o que

Chávez fez na Venezuela foi, exatamente, conter a ânsia patológica da burguesia venezuelana, que quer condenar à morte a imensa maioria de sua população. Isso é que é democracia, deputado Carlos Geilson?

O nosso comandante Hugo Chávez utilizou-se de mecanismos para garantir a sobrevivência digna da imensa maioria de sua população. E erradicou o analfabetismo num espaço recorde de tempo. Ele melhorou a vida de milhões de venezuelanos e é por isso que uma multidão, de vermelho, toma as ruas de Caracas, da Venezuela para homenagear o seu líder maior e garantir o socialismo naquela cidade, naquele país.

Sobre a questão da violência, o tempo é curto, mas também tenho resposta. O mapa da violência, nobre deputado Carlos Geilson, que V.Ex^a utilizou para dizer que a violência aqui é de 34 por 100 mil – é o mesmo mapa da violência que foi utilizado pelo jornal *A Tarde* – também mostra alguns dados importantes. V.Ex^a sabe qual era a taxa de violência por 100 mil em Salvador no ano de 2000? A taxa era de 12,9%. V.Ex^a sabe quanto era essa taxa em 2007, ano em que Jaques Wagner começou a governar – portanto, ainda consequência do governo anterior? A taxa era de 49,3%!

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- A taxa era de 49,3% por 100 mil habitantes em Salvador! Portanto, pulou de 12,9% em 2000 para 49,3% em 2007! E isso não foi durante o governo Jaques Wagner.

O Sr. Paulo Azi:- V.Ex^a está certo disso, deputado?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Claro! Em 2000? Em 2000 era governador Jaques Wagner? Em 2001 era governador Jaques Wagner? Em 2003 era governador Jaques Wagner?

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Nobre deputado Álvaro Gomes, o tempo de V.Ex^a se esgotou.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Então, as pessoas que aqui falam da violência tratam do assunto como se ela tivesse começado hoje!

Sr. Presidente, o tempo é curto e eu vou concluir o meu discurso, mas estou disposto a fazer esse debate aqui em 1h, 2h, 3h ou até mesmo o dia inteiro.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Em substituição ao nobre deputado Pedro Tavares, convido o deputado Bira Corôa para fazer uso da palavra, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, o tempo do Pequeno Expediente tem de ser prorrogado.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Deputado Bira Corôa, antes de passar-lhe a palavra, gostaria de atender ao pedido do deputado Paulo Azi e prorrogo o Pequeno Expediente por 30 minutos, haja vista que há um acordo de Lideranças firmado.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Bira Corôa.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados,

servidores desta Casa, imprensa, faço uso da palavra para pontuar alguns aspectos. Primeiro, tem sido polêmico, há questionamentos, o reconhecimento da atuação e da contribuição dada por Hugo Chávez à América Latina, especialmente à Venezuela.

É lógico que manter o regime implementado por Hugo Chávez, que fez um confronto direto ao capitalismo internacional, capitaneado e chefiado pelos Estados Unidos, não foi uma tarefa muito fácil e necessitava, como necessitou, de um enfrentamento à altura do que Chávez postou. É lógico que a América Latina e a democracia perdem um instrumento importante no processo de construção e transformação.

Reconhecer a necessidade de estatizar a comunicação naquele País é diferente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, do que ocorreu no Brasil quando o Ministério da Comunicação era comandado por um baiano. Este agiu com outro objetivo, ele não buscou transformar os meios de comunicação em instrumento do Estado, mas em familiarizar a comunicação do País. Foi exatamente isso que foi feito naquele período, quando a comunicação, deputada Luiza Maia, passou a ser um instrumento de algumas famílias. Até hoje a grande mídia brasileira é comandada por apenas nove famílias.

Essa é uma diferença significativa. Defendo a estatização, a democracia e o direito de imprensa. Lutamos num período mais duro deste País e deste Estado para garantir o direito de expressão. Mas não posso me calar e deixar de me posicionar em relação à ação conduzida na Venezuela por Hugo Chávez, que não pode ser negada pelo mundo. Ela abriu os olhos de diversos países da América Latina e de outros continentes para a necessidade de enfrentar o capitalismo e de construir democracias, de dividir as rendas para proporcionar a igualdade a partir do crescimento socioeconômico.

De igual modo, o Brasil vem superando a maior crise econômica vivida nos últimos 70 anos no Planeta utilizando o mecanismo da redistribuição de renda, da valorização do salário mínimo, implementando políticas afirmativas para os setores mais excluídos do nosso País.

Sr. Presidente, nos despedimos de Chávez afirmando que a sua contribuição não se apagará, porque a Venezuela, assim como toda a América Latina, tem o referendo de um líder que dedicou a sua vida para defender os interesses das classes menos favorecidas economicamente e excluídas daquele País. Essa é a marca que não podemos deixar apagar, essa é a marca que vai perdurar por muitos e muitos anos.

E ainda aproveito o pouco tempo que me resta, Sr. Presidente, para parabenizar todas as mulheres. E nas pessoas das servidoras desta Casa quero saudar todas as mulheres pelo momento de transformação e consolidação de uma sociedade mais igualitária, com a afirmação da sua luta. E muito mais do que isso, pelo direito constitucional, pela disposição de luta e pela contribuição que a mulher vem dando ao cenário político, social e econômico do nosso País. Repito, nas pessoas das guerreiras cotidianas desta Casa, as mulheres servidoras, quero parabenizar todas as mulheres pelo dia de amanhã.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado José de Arimatéia pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa, todos que nos assistem pela *TV Assembleia*, mais uma vez venho a esta tribuna, Sr. Presidente, para registrar a minha preocupação com a seca que está assolando 236 municípios da Bahia, principalmente as cidades de Água Fria, Anguera, Antônio Cardoso, Coração de Maria, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão e Tanquinho. Esses são os municípios mais próximos da Princesa do Sertão, Feira de Santana.

Sabemos que o governo do Estado tem feito malabarismo para atender as demandas. Mas venho chamar atenção para o seguinte fato: como a seca todos os anos tem batido à porta do homem do campo, como também as epidemias de dengue que têm acontecido todo os anos, chegou a hora de os governo federal, estadual e municipais terem políticas públicas preventivas, para que esse problema não venha levar o sertanejo, o homem do campo, a um maior sofrimento.

Sabemos que o homem do campo já tem dificuldades, mesmo no inverno o homem do campo tem suado, já que dá a vida para levar o alimento para mesa, e para a mesa de toda população do Estado da Bahia e do Brasil.

A agricultura é fundamental. Ai do povo brasileiro se não fosse a agricultura, porque não teríamos o feijão, o arroz, o milho e outros alimentos na mesa, não teríamos alimento na mesa dos grandes hotéis, sejam eles de 5, 4, 3 estrelas, ou seja, tudo passa pela agricultura.

Então, Sr. Presidente, sabemos que existe a preocupação, mas falta a preparação para enfrentar esses desafios que a natureza mostra. Mesmo com toda tecnologia, mesmo com o sistema de meteorologia sinalizando o que acontecerá a cada ano, o governo poderia minimizar a situação para que o caos não batesse na porta do sertanejo, do homem do campo.

O governo tem que estar preparado com políticas públicas, mas, também, dando um melhor suporte tanto com a agricultura, seca, como também com a saúde, no que diz respeito à dengue, que atinge tanto o homem do campo quanto as capitais, as grandes cidades. Então, deve-se ter políticas públicas com prevenção diuturna, com recursos para evitar que esse estado de calamidade aconteça.

Sr. Presidente, como amanhã é o Dia Internacional da Mulher, gostaria de parabenizar todas as mulheres baianas. O próprio livro de Gênesis diz que quando Deus fez o homem disse: *“Não é bom que o homem viva só. Far-lhe-ei uma auxiliadora”*. Sendo assim, ao lado de um grande homem há uma grande mulher.

Para você, mulher, a dádiva de ser mãe, com dedicação de esposa, a sabedoria para superar trabalhos, o dom de transformar dias simples em memoráveis e o amor por ser mulher.

Parabéns a todas as mulheres e que Deus abençoe vocês.

Um grande abraço.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Rosenberg Pinto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, Srs. da Imprensa, ontem, fizemos um grande debate com relação à lavoura cacaueteira. Queria aqui dizer – e até conversei bastante com os cinco deputados de Oposição que participavam da manifestação dos cacauicultores – que precisamos ampliar a participação dos parlamentares, para não parecer que é apenas uma manifestação dos parlamentares de Oposição. Foi apenas uma coincidência que nesse dia eles estivessem presentes em Ilhéus. Mas, na Comissão do Porto Sul, nós, inclusive, estendemos esse debate para que pudéssemos fazê-lo sobre o Porto Sul, o Porto de Ilhéus e sobre a revitalização da cultura cacaueteira naquela região.

Meu querido Ronaldo Carletto, preocupei-me com o que li na coluna *Tempo Presente*, de Levi, pois me parece que as coisas aqui na Assembleia estão sendo tratadas totalmente fora da relação dos deputados. Surpreendi-me: a Assembleia Legislativa, através do seu presidente e do governador Jaques Wagner, já escolheu a próxima conselheira do Tribunal de Contas do Estado da Bahia! Eu fico preocupado! Daqui a pouco, a gente fica discutindo aqui redução do tempo de recesso parlamentar... Acho meio incoerente, porque, de repente, como as coisas não são nem debatidas aqui e são fora... Então, é meio incoerente quem defende redução de recesso se sequer esse debate passou pela Assembleia e já está nas páginas do jornal como algo sacramentado. Eu lamento que Assembleia esteja sendo tratada nesse formato.

Queria também dizer aqui... Eu vi, deputado Carlos Geilson, a discussão sobre a violência. Esse é um tema que me instiga. Acho que nenhum governo na Bahia, independente dele, desde o ex-governador Antônio Carlos, passando por César Borges, Paulo Souto e Jaques Wagner, quer que seu Estado seja referência em aumento da violência. Acho que é um debate extremamente atravessado. Primeiro, estou à vontade aqui porque não vivo da violência. A violência não me serve para nada, porque eu vivo da paz. Alguns que vivem da violência estimulam, inclusive, o debate da violência, não para resolver, mas para que isso se torne produto para a venda de notícia. Como eu não vivo disso, prefiro tratar o debate da paz. Acho que é impossível negar que, ao longo dos últimos anos, todos os gestores têm tentado trabalhar a diminuição do índice de violência no Estado da Bahia, desde os governos anteriores até o meu governo do governador Jaques Wagner.

É lógico que a violência perpassa por um outro caminho que não só o reequipamento dos instrumentos de repressão, não só o aumento de contingente da Polícia Militar, da Polícia Civil, podem resolver os problemas, mas é um conjunto de ingredientes que precisamos tratar. Falei disso a semana passada, como se dá a realocação da violência e da criminalidade. Se não entendermos, meu querido Rogério Andrade, que o crime passou a ser uma indústria de negócios clandestinos no nosso País e no mundo inteiro, não vamos resolver o problema da violência. Temos que entender isso. Precisamos tratar o crime de forma inteligente. É lógico que precisamos fazer a repressão imediata, mas precisamos pensar em como atuar na sua

essência, senão estaremos apenas fazendo aqui o discurso que alguns querem para vender o produto violência como espectro para que a sociedade veja e ele possa ter os seus patrocínios e sua visibilidade no Estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra a deputada Luiza Maia, pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:-Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Srs. da Imprensa que nos acompanham e os que nos assistem pela TV, quero fazer referência a essa questão dos cartórios. Não tem cabimento, a expectativa de todos era privatizar cartórios para melhorar, e a única coisa que melhorou foi o bolso de quem ficou com os cartórios, porque as taxas aumentaram e os atendimentos – são as denúncias que temos recebido - realmente têm sido uma coisa muito ruim. E nós precisamos olhar esse problema conjuntamente para vermos como ajudar a resolver.

Quero dizer ao deputado Rosemberg que ia fazer referência também a essa questão da violência. Mas V.Ex^a fez um discurso perfeito. Não dá para chegar nesta tribuna e registrar que mataram ali, morreram não sei quantos. O debate da violência não é esse. É muito simples: “Pegue um jornal e leia aqui, o mapa da violência fez isso, fez aquilo!” Não é por aí. O que o deputado Rosemberg cita já é meio de vida, é empresa organizada e com muita grana circulando. Se essas empresas clandestinas, essas redes de organização do crime funcionam e têm tanto dinheiro, é porque tem consumidor! Precisamos fazer o debate da produção, da forma como se produz, do que é esta sociedade capitalista, esta sociedade desigual que dá tanto dinheiro para uns enquanto outros ainda vivem nessa desigualdade.

Concordo plenamente com o que o deputado falou: qual é o governo, qual é o governador que quer que o seu Estado tenha a marca da violência ou esteja no *ranking* da violência nos primeiros lugares? É uma coisa destorcida!

Acho que esse debate torto que uma parte da mídia faz hoje sobre essa questão da violência, para mim aquilo ali é escola e deve ensinar a marginalidade. É aula prática de como é que faz. Por que a gente, por que a sociedade aceita isso? Você tem que almoçar vendo tanto horror! “O Bruno mandou matar a namorada, que foi esquartejada e jogada para os cachorros.” Por que é que eu preciso saber disso? As autoridades policiais é que precisam tomar pé, saber o que está acontecendo.

Agora, fazer da violência um produto, uma propaganda, uma divulgação dessa forma como se estivesse incitando ou fazendo apologia daquilo ali, acho que não dá certo. É nesse sentido que precisamos discutir o papel e a democratização da grande mídia, principalmente, porque quem vive da sua pequena empresa de comunicação, acho que é outra história.

Creio que devemos marcar nesta Casa, deputado Rosemberg, uma audiência para trazer o secretário, a Oposição, todos aqueles que relatam os índices de violência. E vamos abrir esta discussão, porque acho que a sociedade precisa estar preparada para isso. Precisamos repudiar certos tipos de programa que vemos hoje nos horários de meio-dia e pela manhã, ou tomando café ou jantando. É um verdadeiro horror! Para que aquilo?! O que é aquilo?! Estava dizendo há pouco que é

uma aula prática de ensinar marginalidade.

E, além disso, há esta história do tráfico e dessa organização clandestina, de que circulam não sei quantos bilhões de dólares não só no Brasil, mas no mundo todo, para podermos saber como se trata o problema. Não é ficar aqui relatando e dizendo isso ou aquilo como se a culpa fosse do governador, que tem investido tanto! Mas sabemos que só punir não é a solução, pois há outro quesito, o da educação, e também o de você retirar essas pessoas da pobreza absoluta, porque quem tem outro meio de sobreviver não vai sobreviver do crime nem da violência.

Queria agora fazer também um convite em nome do meu prefeito de Camaçari. Amanhã estamos iniciando a festa de Arembepe, às 9 horas. Ele mandou convidar os deputados, os funcionários que queiram participar. Vamos nos concentrar na casa dele para descer no cortejo festivo da abertura em Arembepe.

E também amanhã, às 16 horas, a prefeita de Dias D'Ávila, nossa querida Jussara, estará comemorando o Dia Internacional da Mulher, com a III Marcha das Mulheres de Dias D'Ávila, que tem sido um evento vitorioso todo ano. O 8 de março sabemos que não é mais só o 8 de março, é o mês todo de comemoração, de discussão, de debate, de reflexão sobre a condição da mulher e essa questão da violência está na ordem do dia.

No dia 21, estaremos fazendo uma sessão especial, convocada pela Comissão dos Direitos da Mulher, que hoje está bem presidida pela nossa querida deputada Neusa Cadore e gostaria que todos estivessem presentes aqui, inclusive, vamos fazer algumas homenagens às mulheres que se têm destacado, principalmente nessa questão do poder.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concedo a palavra por 5 minutos ao nobre Líder do governo, deputado Zé Neto.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, hoje pela manhã, logo cedo, em um canal fechado, ouvi uma frase que me estimulou a manifestar neste Plenário sobre o assunto. O repórter, Jorge Pontual, da Globo News, dizendo: “Vocês não imaginam o que é viver num país governado por um tirano”. Mais ou menos isso, o contexto era mais extenso, como se nós, aqui do Brasil, na América Latina, jamais tivéssemos vivido situações de domínio de tiranos.

Quero dizer que foi tudo certinho e que a democracia está plena na Venezuela diante do quadro que hoje vivemos no Brasil, claro que muitos passos ainda haverão de ser dados na Venezuela.

Quero dizer que Cuba vive um processo democrático como o nosso, digo que não, porque ainda resta muito a fazer naquele país. Mas que não conhecemos o que é viver sob a tirania, dito por parte daquele repórter, como algo inusitado, mostrou por parte dele simplesmente o interesse em desfazer a memória desse País, que mergulhado no Golpe Militar de 64 e mergulhado em outras épocas, tivemos pelo menos uns quatro momentos ditatoriais por demais efusivos na nossa história. Sem nenhuma dúvida essa foi uma tentativa de fazer com que esses momentos fossem

esquecidos.

Nasci no dia 31.03.1964, e por ironia do destino minha mãe registrou-me no dia 30, que acabou sendo o dia do nascimento da minha segunda filha Eloísa. Sou filho desse processo todo que vivemos, do Brasil da ditadura e do Brasil democrático. Nos anos 80 tive a alegria de estar na Universidade Federal da Bahia cursando Física, e depois Direito, no instante em que o Brasil buscava os ares da democracia e lutava por Diretas Já.

Sei de perto o que foi a luta contra o regime totalitário quando estudante de 2º grau, sei de perto o quanto sofremos em 20 anos de ditadura neste País e sei também quem foram os grandes beneficiados desse processo. Os mesmos que hoje passam horas na televisão execrando a imagem de Hugo Chávez, execrando a imagem de Fidel, execrando qualquer imagem daqueles que representaram na América Latina e disso não tenho dúvida, a luta contra as elites dominantes, elites carcomidas que por muitos e muitos anos, muitas e muitas décadas, aqui no Brasil dominaram por quase quinhentos anos. Um domínio absurdo, cego e sem o interesse da inclusão social e da democracia do povo para o povo.

Sabemos, Sr. Presidente, que estamos a viver na América Latina e no Brasil situações que vão gradativamente sendo enfrentadas para que o País cada dia possa, mais e mais, pelos ares da democracia, ser respirado com muito mais conforto e com muito mais inclusão social. Mas não podemos deixar de registrar neste instante o papel que Hugo Chávez exerceu na Venezuela quando tirou das mãos da elite o domínio daquele País e buscou a inclusão social e a divisão de riquezas.

Claro, falta muito na Venezuela para o processo democrático de lá alcançar o que já alcançamos. Mas, neste instante, o falecimento de Hugo Chávez faz ressurgir o debate sobre a grande disputa do século, que é a disputa da classe dominante, da elite que pensa apenas na sua casta, e daqueles que defendem os interesses populares.

Que vivam para sempre os ideais da liberdade! Que vivam para sempre os caminhos da busca da democracia !

E que frases como as de Jorge Pontual não apaguem a memória do que nós brasileiros, do que nós latinos conhecemos de perto quando estávamos sob os regimes totalitários de uma elite dominante que pensou que ia se eternizar no poder.

Viva a democracia, mas, antes de tudo, viva a liberdade e viva a inclusão social, porque sem elas a democracia será só uma paisagem.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Adolfo Menezes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem do deputado Adolfo Menezes.

O Sr. Adolfo Menezes:- Sr. Presidente, quero comunicar a esta Casa, uma vez que foram emitidos convites a todos os deputados para a importante audiência pública com a presença do Dr. Petitinga, secretário da Fazenda, que viria aqui apresentar o relatório do terceiro e quarto quadrimestres de 2012, conforme determina a lei, que, por motivo de força maior, ele estará numa reunião em Brasília, não vai poder estar presente.

Portanto aproveito este momento para dar este aviso, estão aqui os deputados Paulo Azi, Carlos Geilson, Graça Pimenta e Luiza Maia, que V. Ex^{as} transmitam aos demais colegas. Claro que vamos refazer os convites, pois trata-se de uma audiência muito aguardada, mas não vai ser mais possível ocorrer na próxima terça-feira. Vamos ter a reunião normal da Comissão de Orçamento e a audiência pública com o secretário da Fazenda está prevista para acontecer da próxima terça a oito, salvo engano, dia 19 de março.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Paulo Azi pelo tempo de 2 minutos.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, eu propus a V. Ex^a prorrogar esta sessão para que nós pudéssemos falar, e V. Ex^a me limita a dois minutos!

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Dois minutos é o tempo que resta, nobre deputado, para completar o prazo de 30 minutos de prorrogação. Mas V. Ex^a tem prestígio nesta Casa e, com certeza, eu irei ser tolerante com V. Ex^a.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, assistimos aqui hoje a sessão nesta manhã de quinta-feira quando alguns parlamentares subiram à tribuna para se queixar da grave seca que assola o nosso Estado. E eu digo que enquanto as pessoas morrem de sede há secretários do governo se utilizando da seca para fazer campanha político-eleitoral. Outros subiram à tribuna para colocar suas preocupações com relação ao avanço avassalador da dengue em nosso Estado. Outros estão preocupados com a política desencadeada pela Secretaria da Saúde de privatizar hospitais importantes da Bahia, a exemplo do Hospital Geral Clériston Andrade, de Feira de Santana.

E muitos, como eu, sobem à tribuna para, mais uma vez, lamentar que os dados oficiais publicados pelo jornal *A Tarde* no dia hoje mais uma vez apontem para a alta da violência na Bahia.

Os deputados do PT estão sem ter como responder, a exemplo da deputada Luiza Maia, que trouxe aqui uma nova justificativa para o aumento da violência. Segundo ela, a culpa é das pessoas que consomem o produto do tráfico.

O governo continua a bater cabeça, Sr. Presidente. Já perdi a conta de quantos secretários da Segurança foram nomeados e exonerados pelo governador. Não sei mais quantos comandantes da Polícia Militar foram nomeados e exonerados; da mesma forma o delegado-chefe da Polícia Civil. O governo bate cabeça e não assume, definitivamente, a problemática da violência como uma prioridade.

Os dados oficiais sobre os recursos destinados à segurança pública são uma prova disso. O tratamento pouco responsável que o governo destina a essa instituição secular do nosso Estado, a Polícia Militar, só faz com que a insatisfação no seio da corporação aumente a cada dia, a despeito da greve ocorrida no ano passado, com enormes reflexos em nossa sociedade. É um governo que não tem meta. É um governo que não tem estratégia de combate.

Como podemos pensar em reduzir a violência, Sr. Presidente, se 95% dos assassinatos que ocorrem em nosso Estado não são desvendados, não se sabe quais

foram os autores das mortes?

É, portanto, um governo que não prioriza a segurança pública, que não tem uma política clara, definida para o enfrentamento dessa questão.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Deputado, o tempo de V.Ex^a está esgotado.

O Sr. PAULO AZI:- Deputado Rogério Andrade, já estou caminhando para concluir.

Quando vemos os índices serem reduzidos na maior parte do nosso País, quando observamos a redução da violência em São Paulo, Rio de Janeiro e no vizinho Estado de Pernambuco, onde os índices diminuem ano a ano, nós, mais uma vez, de forma lamentável, voltamos a ser manchete nacional por sermos um dos maiores estados da República e, ao mesmo tempo, um dos principais estados onde a insegurança e a violência campeiam, para desespero da imensa maioria da nossa população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem do nobre deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Sr. Presidente, quero dizer que fico muito feliz em ver V.Ex^a presidindo esta sessão de vários debates, vários pronunciamentos. Foi um recorde de pronunciamentos, o que mostra a celeridade de V.Ex^a na condução dos trabalhos.

Já que todos os colegas, ou quase todos, falaram nesta sessão e puderam expressar o seus pensamentos, gostaria de que V.Ex^a procedesse a uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- V.Ex^a será atendido, nobre deputado. Haja vista a presença de apenas 5 Srs. Deputados, número insuficiente para a continuidade da sessão, eu a declaro encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*